

## **HISTÓRICO**

### ***Adaptado dos documentos produzidos pelo Grupo de Trabalho de Educação do Fórum Multientidades de Paraisópolis sobre*** ***A TRAJETÓRIA DA DEMANDA ESCOLAR NA COMUNIDADE DE PARAISÓPOLIS***

*Relatórios correspondentes foram encaminhados às Secretarias Municipal e Estadual de Educação de S.P. em abr/2001, abr/2002 e out/2004.*

Em 1959, por iniciativa da Congregação das Irmãs Franciscanas da Providência de Deus, foi criada uma pequena escola (1 sala), conhecida por "*Escolinha Pio XII*", a fim de atender a demanda de filhos dos primeiros moradores carentes da região do Morumbi que, na época, tinha características quase rurais. Com o crescimento da população, a "*Escolinha*" foi ampliada para 5 salas. Posteriormente, em 1977, criou-se a *Escola Estadual Professor Homero dos Santos Fortes*, da qual a *Escolinha* fez parte até 2001, como escola vinculada.

A realidade local apontava a necessidade de mais uma escola. Assim, em 1986, foi inaugurada a *Escola Estadual Profa. Etelvina de Góes Marcucci*, que atende hoje ensino fundamental e ensino médio.

A população, composta por maioria de migrantes da região nordeste do país, cresceu rapidamente e a demanda por recursos de saúde e educação tornou-se emergencial.

Com o crescimento da demanda escolar, a comunidade passou a se organizar, através de seus representantes, para reivindicar mais escolas. Reuniões e contatos vários foram feitos com a Secretaria Municipal de Educação, incluindo uma sessão volante da Câmara de Vereadores realizada na sede da União de Moradores, em 1997, onde se votou pela liberação de verba para a construção de uma escola, de caráter emergencial e provisório, para atender 500 crianças de 1ª a 4ª série. O Estado cedeu um terreno ao lado do Posto de Saúde para a construção da escola provisória, até que a escola definitiva fosse feita, em local e com construção adequados. Assim, em 1997, nasceu a *EMEF Paulo Freire*, que passou a atender alunos de 1ª a 4ª série e Suplência II. A construção era do tipo container metálico, com sérios problemas térmicos e acústicos. A comunidade local se referia frequentemente à escola como "o Latão". O único equipamento de lazer de que esta escola dispunha era um pequeno pátio descoberto de exíguos 25 m<sup>2</sup> – a "quadra".

Mesmo com a *EMEF Paulo Freire* instalada em 1997, a demanda superou as projeções oficiais, de modo que mais 4 classes passaram a funcionar em um anexo do posto de saúde, cedido pelo Estado. Ainda assim, havia mais crianças fora da escola, as quais foram acomodadas provisoriamente em 1998 em um salão de baile (adaptado para ser escola de 2ª a 6ª feira e danceteria nos fins de semana), cujo aluguel era pago com a contribuição de uma empresa particular. Como as condições físicas eram muito precárias, essas classes foram transferidas em 1999 para salas da sede da União de Moradores, reformadas especialmente para essa finalidade, tendo os custos da reforma ficado por conta de uma entidade social particular que atua na região.

Enquanto isso, mais 74 crianças, matriculadas na *EMEF Paulo Freire* em 1999, aguardavam diariamente a vinda de um ônibus escolar, prometido pela Secretaria Municipal de Educação para levá-las a outras escolas municipais, no bairro vizinho, já que as escolas definitivas e provisórias existentes na comunidade não comportavam mais alunos. O tal ônibus nunca veio.

Frente a essa situação, o *Fórum Multientidades de Paraisópolis* (nota 1) decidiu organizar a população, convocando em fins de 1999 duas assembléias, onde deveriam se cadastrar as famílias cujos filhos estivessem sem escola. Esse cadastro serviu como base para que a União de Moradores impetrasse um processo judicial, através do Ministério Público, responsabilizando o poder público pela exclusão dessas crianças do sistema educacional.

A Secretaria Municipal de Educação, intimada a acomodar a demanda da comunidade e sem tempo de construir uma escola, alugou uma casa com 6 salas na própria região, onde passou a funcionar a escola "Paulo Freire II", posteriormente convertida a EMEF "Casarão"..

Ao mesmo tempo, a comunidade sofria um processo de crescimento mais acelerado que o normal, especialmente por ter recebido boa parte dos ex-moradores da Favela Águas Espreadas, desativada pela prefeitura para a construção uma grande avenida.

O Fórum Multientidades continuou atuando junto às Secretarias estadual e municipal de educação, no sentido de que fossem implantadas soluções definitivas para o problema da demanda de educação da comunidade. Em 4/9/00 representantes do Fórum estiveram presentes em reunião no NAE-5 para se inteirar sobre o andamento dos processos e alternativas de terrenos para a construção. Várias planilhas foram apresentadas às autoridades, a fim de comprovar essa necessidade. Em outubro/2000 representantes do Multientidades e da Secretaria Municipal de Educação compareceram ao Fórum de Pinheiros, por convocação do Juiz da Vara da Infância e Adolescência, e prestaram esclarecimentos sobre o processo iniciado em 1999 e as questões ainda pendentes relativas à escassez de vagas na região. Em despacho de 31/10/01 o juiz Rodrigo Lobato Junqueira julgou procedente a ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude e determinou que, caso não haja escolas em Paraisópolis, o Estado/Município devem custear os estudos em escolas particulares. Estabeleceu também que caso as crianças fossem matriculadas em colégios distantes mais de 2 km de suas residências, o Poder Público teria que fornecer transporte escolar sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia.

No final do ano 2000, foi instalada, mais uma vez em caráter emergencial e provisório, a EMEF Paraisópolis, que passou a funcionar em fevereiro de 2001, atendendo cerca de 1100 crianças em 10 salas de aula. A edificação foi construída em 3 meses e constituiu-se novamente de containeres metálicos instalados em um terreno pertencente à Prefeitura.

Em 25/4//01 representantes do Fórum Multientidades tiveram audiência com o Secretario Municipal de Educação Sr. Fernando Almeida, na qual entregaram um relatório sobre a trajetória da demanda escolar na comunidade de Paraisópolis nos moldes do presente documento e alertaram que seria necessária a construção no bairro de 2 EMEFs inteiramente novas, mais uma EMEF nova em substituição ao Paulo Freire e mais 6 EMEIs novas. O Secretario comprometeu-se a estudar o assunto e apresentar propostas de solução em 10 dias.

Em 31/5/01 o Secretario esteve presente em Paraisópolis na reunião do Fórum Multientidades e apresentou uma pequena planta com 6 áreas demarcadas e proposta de desapropriação e construção em um cronograma escalonado que começava em 2001 e terminava em 2004 . Na mesma oportunidade, após visita às 2 EMEFs do bairro, constatou pessoalmente a precariedade das instalações das EMEF Paulo Freire e EMEF Paraisópolis (ambas containeres metálicos) e declarou-se inclusive sensibilizado com o fato dos quase 3000 alunos destas 2 escolas terem apenas acesso a merenda seca. Em agosto/01 a EMEF Paraisópolis passou a oferecer merenda normal através de empresa terceirizada. Em 4/out/01 a coordenação do NAE-5 reuniu-se com o Fórum Multientidades e apresentou os planos municipais para o atendimento da demanda do

início de 2002. Quanto às construções escolares, houve nova reunião específica em 18/10/01, na qual a coordenação do NAE-5 apresentou o acompanhamento dos processos ligados à construção de escolas para o triênio 2002-2004. O plano apresentado citava 6 áreas com processos em diferentes estágios de andamento.

Ao longo de 2001 foi construída ao lado da EE Eletiva a terceira escola estadual da região (inicialmente referenciada como EE Paraisópolis III e hoje oficialmente denominada EE Maria Zilda Natel), com 16 salas, que começaram a funcionar em 25/2/02 .

Em 17/10/01 o Fórum Multientidades esteve presente à reunião das esferas municipal e estadual para compatibilização de vagas escolares para a primeira série em 2002. Neste encontro entre NAE-5 e Sul-1, realizado nas dependências da Sul-1, tratou-se da acomodação da demanda referente aos aspirantes à primeira série do ensino fundamental para 2002. Durante a reunião a Diretora da Sul-1 relatou ter recém-recebido correspondência da Congregação das Irmãs Franciscanas da Providencia de Deus demonstrando intenção de desativar a partir de 2002 o convênio mantido com a Secretaria Estadual de Educação e que permitia disponibilizar as 10 classes (ocupando 5 salas físicas) como classes vinculadas a EE Homero. . Cabe notar que naquela oportunidade constatou-se que a demanda oficialmente cadastrada na EE Homero em out/2001 (mais de 500 crianças) tinha sido praticamente o dobro das vagas oferecidas naquela escola (245 vagas). A despeito de alguns remanejamentos internos, ficou evidenciado um deficit de 153 vagas no setor (Vila Andrade setor 2). Foram discutidas 3 alternativas para gerenciamento deste deficit, a saber:

- reunião com Colégio Pio XII sobre a possibilidade de extensão do convênio por mais um ano
- aumento no número de alunos por classe nas escolas municipais
- transporte escolar para outras escolas municipais externas à comunidade

A primeira alternativa foi discutida em 22/10/01 em reunião entre NAE-5 e SUL-1 com Escola Pio XII para tentar viabilizar continuidade da operação de Ensino Fundamental estadual ou municipal nas instalações da Escolinha em 2002 (na forma de classes vinculadas).

Diante da dramática escassez de instalações para ao Ensino Fundamental em Paraisópolis, da previsível crise de vagas para 2002 e da disposição das Irmãs Franciscanas (Pio XII) em adiar por mais algum tempo sua retomada do espaço para outras finalidades, o Fórum Multientidades envidou muitos esforços em intermediar os contatos junto às secretarias estadual e municipal para impedir esta redução de salas destinadas ao Ensino Fundamental – infelizmente não houve sucesso:

- a Sul-1 da Secretaria Estadual de Educação considerou desnecessária a manutenção do Convênio e acomodou sua demanda originária do Homero utilizando parte da capacidade da nova escola estadual recém-construída ao lado da EE Etelvina (EE Maria Zilda)
- o NAE-5 da Secretaria Municipal declarou que o município não tinha condições legais para viabilizar um convênio com as Irmãs Franciscanas para usar suas instalações e acomodou sua demanda originária da EMEF Paraisópolis através da transferência de 6 classes de 6ª série para a EMEF Francisco Rebolo (localizada fora de Paraisópolis), para as quais seria oferecido transporte escolar da Prefeitura. Dados de abril/2002 indicam uma aparente deplorável evasão de cerca de 30% dos 222 alunos envolvidos nesta transferência.

O Fórum Multientidades considera que o risco de evasão escolar é significativamente potencializado por qualquer esquema de transporte a uma escola externa à comunidade. É notório que a falta de articulação entre Estado e Município neste caso impediu a

identificação de uma solução mais eficiente para este problema e resultou em nefasta evasão. Cabe lembrar que o transporte escolar municipal gratuito, quando disponível, limita-se a crianças de até 12 anos no máximo,

Portanto a oferta de vagas de ensino fundamental na região sofreu por conseqüência uma redução de 5 salas (10 classes) diante da desativação, em fins de 2001, do referido convênio. À pressão exercida pela Associação de Amigos do Jardim Vitória Régia, um condomínio afluyente da vizinhança, o Estado respondeu que toda a demanda estava atendida. Assim sendo em 2002 as instalações da "Escolinha Pio XII" deixaram de atender 400 crianças em nível de Ensino Fundamental e a Obra Social Pio XII passou a atender crianças em nível de educação infantil (180), suplência, informática, etc.

Em março de 2001 a EMEF Paraisópolis havia solicitado à SUPEME a construção de muro de arrimo, já que a erosão provocada pelas chuvas comprometia a estrutura do prédio e sua segurança. Não tendo sido tomada nenhuma providência, em 15/1/02 ocorreu deslizamento de encosta no referido local - 6 salas de aula e o pátio ficaram interditados. As obras de contenção iniciaram-se somente um mês depois. Durante todo o primeiro semestre letivo de 2002 os cerca de 1080 alunos matriculados naquela escola tiveram apenas 2 horas de aula por dia e dispuseram de somente 2 banheiros. Não houve reposição destas aulas.

É obvia a penalização que tal redução de jornada escolar provoca sobre a qualidade do ensino.

Em abril/2002 o Fórum Multientidades de Paraisópolis encaminhou às Secretarias Municipal e Estadual de Educação um Relatório da Trajetória da Demanda Escolar em Paraisópolis solicitando providencias urgentes.

Em 23/5/02 ocorreu reunião na SME para discussão das propostas de solução; reuniram-se com a chefe de gabinete (que posteriormente assumiu o cargo de Secretaria Municipal de Educação) representantes de EDIF, CONAE, NAE-5, União de Moradores e Fórum Multientidades. Foram mencionados:

- o Processo Administrativo 2001-0.163.837-6: relativo à desapropriação de 10892 m<sup>2</sup> à R. José Augusto de Souza e R. Dr. José Pedro de Carvalho Lima para construção de EMEI e EMEF.

- o Processo Administrativo 2001-0.142.097-4: relativo a área municipal entre as R. Irará e R. Iratinga, para construção de EMEI

Em 28/6/02 o Fórum Multientidades encaminhou ofício à Sul-1 solicitando a criação de novas classes diurnas em agosto/2002 aproveitando algumas salas ociosas da recém criada EE Maria Zilda Natel. Este aproveitamento concretizou-se somente a partir de 2003, quando a EE Maria Zilda passou a operar a plena capacidade física, inclusive com a conversão parcial, em sala de aula, de sala prevista originalmente como laboratório.

Não houve resposta oficial da SME-Prefeitura às reivindicações apresentadas nas 2 audiências em SME (2001 e 2002), a despeito dos inúmeros e-mails enviados (12/6/02, 17/7/02, 7/8/02, 1/10/02, 2/12/02 conforme anexo XX). Em 13/8/03 o Fórum Multientidades encaminhou e-mail à Prefeita de São Paulo solicitando em 72 horas informações sobre os planos relativos a edificações escolares municipais neste bairro (novos prédios, reformas, ampliações). Não obtivemos resposta.

Até 2002 as escolas estaduais de Paraisópolis operavam em regime de 3 períodos – matutino, vespertino e noturno, sendo oferecido a cada aluno do ensino fundamental estadual uma permanência diária de 5 horas na escola. Em 2003, diante da acentuada demanda de vagas escolares, a EE Homero passou a operar em regime de 4 períodos, ou seja, sendo oferecido a cada aluno uma permanência diária de apenas 4 horas, ai

incluídos os horários de alimentação e intervalo/recreio. Alteração semelhante foi introduzida na EE Maria Zilda em 2004 e em 2006 na EE Etelvina, pelas mesmas razões. As escolas municipais de Paraisópolis lamentavelmente também operam oferecendo a cada aluno do ensino fundamental uma permanência de apenas 4 horas/dia. Ficou então configurada a violação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu artigo 34 explicita que "a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos 4 horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola". Estando o País já no último ano da Década da Educação prevista pela LDB, fica caracterizada também medida oposta à prevista no artigo 87 parágrafo 5 "serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

No período mar/2002-mai/2004, apesar da pressão da demanda, não houve nenhuma construção escolar em Paraisópolis exceto uma sala adicional construída na EE Homero.

Diante das recorrentes preocupações expressas nas reuniões mensais do Fórum Multientidades de Paraisópolis quanto à questão das vagas escolares, em meados de 2004 decidiu-se atualizar o Relatório sobre a Trajetória da Demanda Escolar na Comunidade de Paraisópolis. O grupo de trabalho designado para esta finalidade reuniu-se diversas vezes durante 2 meses e buscou, com o apoio das escolas, reunir os dados requeridos sobre números de turmas e de alunos. Os adolescentes do Espaço Jovem tiveram contribuição expressiva nesta coleta e consolidação. Na reunião do Fórum Multientidades de 30/09/04 foram apresentados e discutidos os resultados comparando as situações de 2002 e 2004, bem como os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases. Em out/2004 o Fórum Multientidades de Paraisópolis encaminhou às Secretarias Municipal e Estadual de Educação o relatório atualizado visando discussão e planejamento dos possíveis encaminhamentos dos problemas identificados, inclusive com correção de eventuais equívocos nos dados ou interpretações.

Em meados de 2004 foram iniciadas obras para construção de uma EMEI e uma EMEF na área da R. José Augusto de Souza e R. Dr. José Pedro de Carvalho Lima. As obras das escolas foram concluídas mas o atraso na instalação do viário (redes de esgoto e águas pluviais, iluminação) fez com que o início da operação destes 2 equipamentos ocorresse somente no início de 2006, simultaneamente à demolição das 2 "escolas de lata". A EMEF construída foi nomeada como EMEF D. Veremundo Toth, (recebendo basicamente os alunos da antiga EMEF Paraisópolis "de lata") e a EMEI construída foi nomeada como EMEI Paulo Freire (recebendo basicamente os alunos da antiga Paulo Freire "de lata").

Na seqüência de uma série de discussões sobre demanda de educação infantil na comunidade, o Fórum Multientidades promoveu em 14/jul/06 um mutirão de cadastramento de crianças. O objetivo final era o de registrar a demanda no recém-implantado sistema municipal on-line (EOL) da Prefeitura Municipal de São Paulo. Este mutirão ocorreu simultaneamente em 7 locais da comunidade. Para os locais em que o cadastro foi manual, o grupo de trabalho organizou posteriormente inserção no EOL através das 2 instituições conectadas (Creche Sta Escolástica e a Creche Lina Rodrigues). Na avaliação do grupo de trabalho os resultados do mutirão foram expressivos mas estavam longe de refletir completamente a carência da comunidade já que muitas mães, sem conhecimento do direito à educação infantil, não buscam cadastrar-se pois tem exemplos muito escassos de conhecidos que conseguiram vaga em creche ou EMEI.

Em 2007 começou a funcionar uma nova escola estadual (EE Miguel Arraes), construída em parte do terreno da EE Homero.

Uma nova unidade escolar (EMEI Paraisópolis I) foi concluída na região do Grotão em 2006 mas lamentavelmente só começou a operar em 1/abr/2008 em função de atrasos na instalação do viário e da remoção de entulho no terreno em frente à escola. Finalmente começava a funcionar a primeira escola municipal de educação infantil de Paraisópolis, atendendo demanda em paralelo com as 2 unidades conveniadas com a Prefeitura (Creche Sta Escolástica e Creche Lina Rodrigues).

Em maio/2008 começou a funcionar no centro de Paraisópolis a CEI Paraisópolis I (ao lado das Casas Bahia), conveniada da PMSP e atendendo 200 crianças em período integral,. Em 2009 este convenio está sendo reavaliado ajustando capacidade para cerca de 130 vagas.

Em 2008 foram iniciadas em Paraisópolis 2 edificações escolares: o CEU Paraisópolis (inaugurado no Grotinho ao final de 2008) e uma nova EMEF localizada na Rua Melchior Giola, no local da antiga escola de lata Paulo Freire, ao lado da UBS Paraisópolis I. Esta obra teve vários atrasos e foi entregue somente em meados de maio/2009.

Uma mudança importante adotada em 2009 foi a eliminação do chamado "turno da fome" (turno 11:00-15:00) nas escolas municipais de toda a cidade de São Paulo, atendendo pressão histórica da comunidade. Desta forma cada estudante municipal de Paraisópolis passou a permanecer 5 horas por dia na escola (ao inves das 4 horas anteriores). Esta medida, que tem obvio beneficio pedagogico e social, implica agravar a necessidade por vagas escolares. Isto explica porque as instalações do CEU Parasiópolis começaram a operar já a plena capacidade em 2009 com uma EMEF, uma EMEI e uma CEI atendendo a cerca de 1900 crianças em regime de meio periodo. Este acrescimo não foi suficiente para satisfazer a demanda e assim a PMSP decidiu em janeiro de 2009 transferir para a EMEF Neide Solitto, no Jardim das Palmas (distante 4 km), cerca de 500 estudantes de 5ª serie que estudavam até então em Paraisópolis. As mães se mobilizaram contrariamente à "baldeação" e com articulação da União de Moradores e Forum Multientidades foram realizadas diversas reuniões dentro de Paraisópolis e na Secretaria Municipal de Educação (R. Borges Lagoa). Para atender o pleito das mães solicitando que as crianças permanecessem estudando na comunidade, a PMSP acomodou parte das crianças (cerca de 200) na EMEF do CEU e propôs acelerar a construção da EMEF da R. Melchior Giola, objetivando entregá-la em março de 2009. Empecilhos como a ligação de esgoto retardaram a entrega e assim cerca de 250 crianças de 10-11 anos não frequentaram escola durante quase 4 meses em 2009. Para ocupar o restante das salas deste novo predio da Rua Melchior (oficialmente denominado EMEF Paulo Freire) foram relocadas 5 turmas que estudavam na edificação em frente à EMEF D. Veremundo, em tese liberando este predio para o uso originalmente previsto de educação infantil.

Para 2010, com a implantação da obrigatoriedade do ensino fundamental de 9 anos, a situação de carencia de vagas escolares nova mente se agrava. A informação disponivel é de que foi montado um grupo de trabalho das duas Secretarias de Educação – estadual e municipal – para estudar o assunto e propor medidas para acomodar esta demanda.

Em paralelo às lutas por vagas escolares, um esforço vem sendo desenvolvido na comunidade voltado à qualidade de educação. Diretoras e coordenadoras de todas as escolas e instituições que trabalham na área educacional de Paraisópolis têm se reunido periodicamente desde 2005, sob liderança da Associação Crescer Sempre (projeto Parceria). Trata-se de uma reunião de gestores visando a qualidade de ensino em Paraisópolis. Nestes encontros são discutidas questões inerentes aos projetos pedagógicos, aos processos de avaliação, à participação da família, à legislação e outros. Com este trabalho busca-se também garantir a continuidade real da aprendizagem do aluno no momento em que, devido aos procedimentos legais (por exemplo reorganização

das escolas por série), ele necessite migrar para outra instituição educacional da comunidade.

Um dos resultados desta aproximação é a Mostra Cultural de Paraisópolis, que acontecerá pela quarta vez em Paraisópolis em 19/set/09 com o tema "Tradições, resgate de raízes". Trata-se de um exemplo surpreendente de articulação bem sucedida entre entidades locais envolvidas no tema Educação.

Os resultados do IDEB das escolas da região vem sendo acompanhado de perto e disponibilizado de forma didática no site do Forum Multientidades ([www.paraisopolis.org](http://www.paraisopolis.org)). O desempenho sofrível deste indicador vem sendo discutido nas reuniões do Forum Multientidades na busca de formas de apoiar as escolas e famílias para melhorias.

O recém montado Grupo Articulador da Plataforma de Centros Urbanos da UNICEF deve começar a operar em Paraisópolis em junho de 2009 e certamente uma de suas ênfases será a questão da educação de crianças e jovens. A progressão para educação em tempo integral, já prevista desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1997, será abordada nos trabalhos do Grupo Articulador, que optou por priorizar seu foco na região do Grotão.

O problema da demanda educacional de Paraisópolis tem sido um dos focos principais das discussões e ações do Fórum Multientidades, pois se considera inadmissível que a maior cidade da América Latina apresente um índice maior de exclusão educacional do que o de muitas cidades menores e longínquas do país. Dados escolares comparando Paraisópolis com municípios de porte populacional similar indicavam em 2004 um número de alunos matriculados em Paraisópolis pelo menos 20% inferior ao de cidades paulistas e nordestinas equivalentes. Vale dizer que, diariamente, muitas vans particulares são destinadas todas as noites a levar e trazer, basicamente, moradores que estudam à noite em escolas localizadas em bairros vizinhos, especialmente o Brooklin.

O histórico demonstra que as iniciativas públicas têm sido extremamente lentas e em descompasso com a realidade desta comunidade. O Fórum Multientidades de Paraisópolis está inequivocamente mobilizado para ajudar neste processo, porém é urgente que as autoridades governamentais, que sem dúvida enxergam a educação como ponto fundamental para o desenvolvimento da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida da população, se conscientizem da gravidade do problema, façam suas análises de demanda e qualidade e tomem as medidas de curto, médio e longo prazo compatíveis.